

2ª

Série

Geografia

**MATERIAL
DIGITAL**

Povos sem Estado

**1º bimestre
Aula 12**

***Ensino
Médio***

Secretaria da
Educação



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Conteúdos

- Povos sem Estado;
- Conflitos e reivindicações por autonomia ou reconhecimento.

Objetivos

- Identificar a existência de povos sem Estado;
- Reconhecer os principais desafios enfrentados pelos povos sem Estado.

Emergência em Rohingya

Povos sem Estado não são povos “sem lugar” ou “sem lei”. São comunidades com história, identidade e vínculos territoriais que se reconhecem como nação, mas não possuem um Estado próprio. O desafio é garantir reconhecimento, direitos linguísticos e culturais e participação nas decisões públicas.

- **O que faz um grupo ser chamado de povo?**
- **Todo povo precisa criar um Estado?**



4 minutos



COM SUAS PALAVRAS



Os Rohingya são uma minoria muçulmana apátrida de Mianmar que, após o início da violência em Rakhine em 25 de agosto de 2017, enfrentou uma grave crise humanitária. Mais de 742 mil pessoas fugiram para Bangladesh, sobretudo nos três primeiros meses. A maioria dos refugiados são mulheres e crianças (muitas com menos de 12 anos), além de idosos que demandam proteção adicional. Chegaram com quase nada e necessitam de assistência em todas as frentes.

© Getty Images

Qual é a diferença entre povo sem Estado e apátrida?

Povo sem Estado é uma comunidade histórica que se reconhece como nação e vive em países já formados, sem soberania própria. Já apátrida é pessoa sem nacionalidade reconhecida por nenhum país (condição jurídica individual). Um povo pode ter membros com diferentes nacionalidades; já o apátrida pode pertencer a vários grupos, mas carece de cidadania legal.

Uma mulher segurando com orgulho sua carteira de identidade queniana, reconhecível pelo brasão de armas do país e a inscrição “REPUBLIC OF KENYA”.



Foco no conteúdo

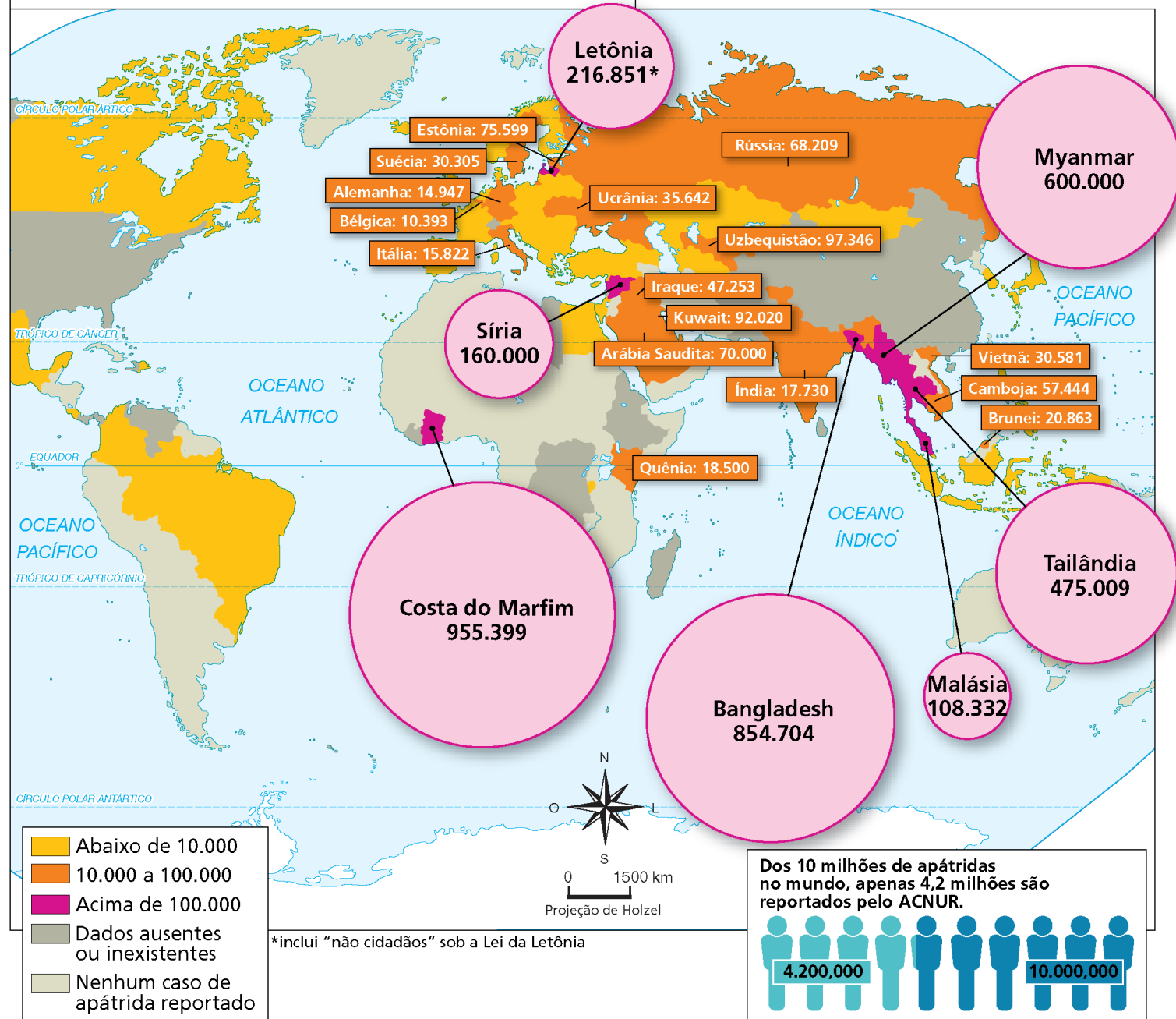
Observe no mapa a distribuição da população apátrida no mundo. Note que ela se concentra em poucos países e regiões.

A Agência da ONU para Refugiados suspeita que muito mais pessoas em todo o mundo sejam apátridas.

Fonte: LAUERHAß et al., 2020. Produzido pela SEDUC-SP.

Metade dos apátridas vive em quatro países

Pessoas sob o mandato de apatridia da Agência da ONU para Refugiados, por país de residência, no fim de 2019, e países com relatórios ausentes ou inexistentes.





Quando uma pessoa é considerada apátrida?

Ausência de costumes tradicionais.

Mudança de país.

Falta de nacionalidade reconhecida por qualquer Estado.

Pertencer a um grupo social pequeno.



Quando uma pessoa é considerada apátrida?

×	Ausência de costumes tradicionais.	Mudança de país.	×
✓	Falta de nacionalidade reconhecida por qualquer Estado.	Pertencer a um grupo social pequeno.	×

Povo sem Estado: principais desafios

Povo sem Estado é uma comunidade que se reconhece como nação, mas não possui soberania territorial reconhecida internacionalmente. Vive em um ou mais países, com forte identidade e vínculos históricos. Entre os desafios mais frequentes, destacam-se:

1

Restrições linguísticas e culturais: limitação do uso de línguas maternas; obstáculos à transmissão de práticas e tradições entre gerações.

2

Repressão política e social: supressão de lideranças comunitárias; dissuasão de manifestações políticas e participação cívica.

3

Falta de representação internacional: déficit de reconhecimento em fóruns globais; capacidade limitada de *advocacy* transnacional.

4

Assimilação forçada e erosão identitária: exposição a processos coercitivos de assimilação; riscos de etnocídio ou “genocídio cultural”, com perda de identidades coletivas.

Foco no conteúdo

- A ausência de território estatal próprio dificulta o acesso à **autodeterminação**.
- A luta por reconhecimento internacional costuma gerar tensões diplomáticas.

Destaque



Autodeterminação: direito de um povo decidir livremente sobre seu futuro político, econômico e cultural, inclusive a possibilidade de formar um Estado próprio.



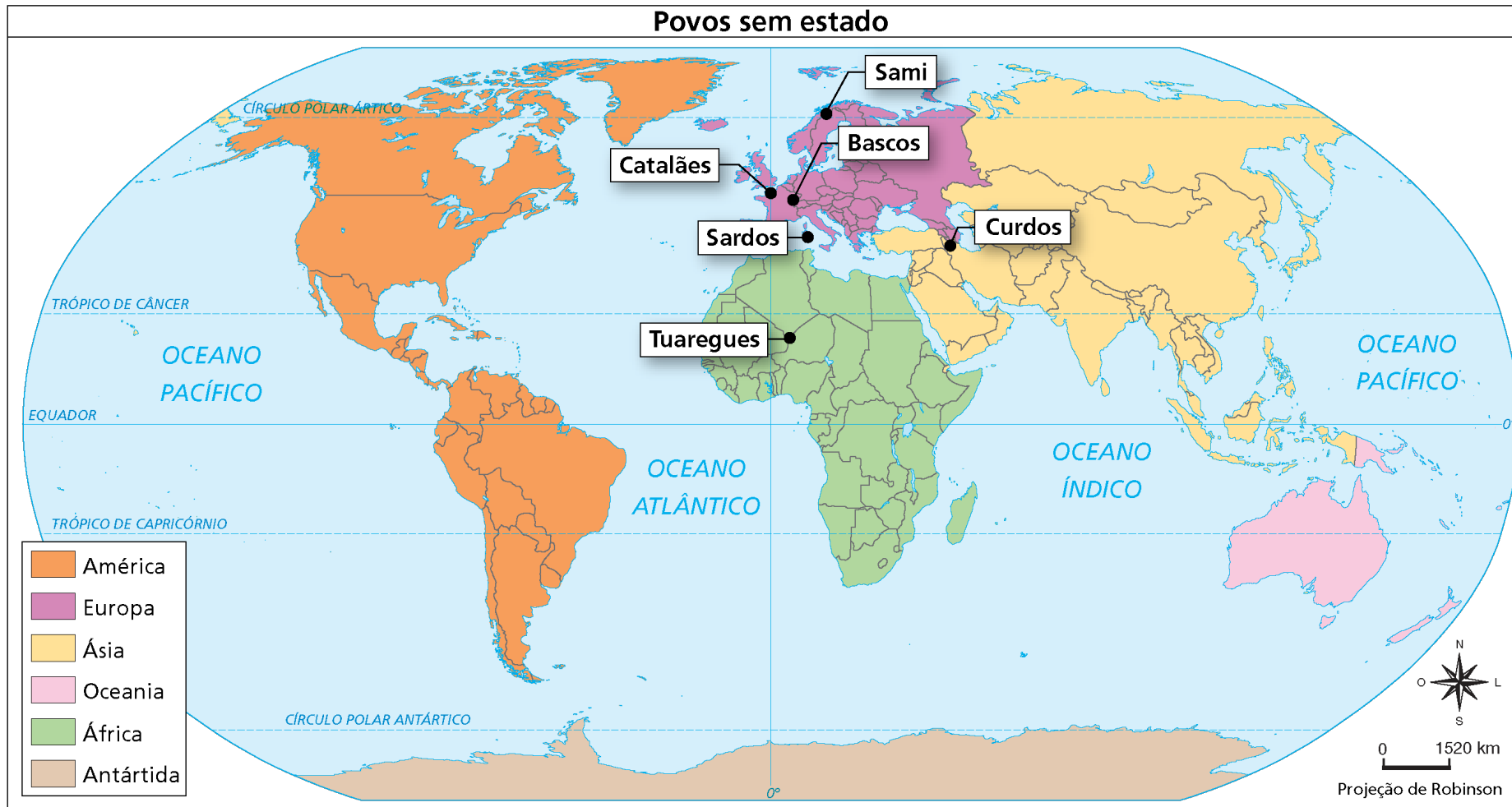
Jovem indígena segura a bandeira dos EUA, simbolizando os desafios de afirmação cultural e política dos povos originários dentro de Estados consolidados.

© Getty Images

Continua



Povos sem Estado ou nações com forte identidade buscando reconhecimento



Existem muitos povos sem Estado ou nações com forte identidade buscando reconhecimento, como curdos (Oriente Médio), tuaregues (Sahel), catalães e bascos (Espanha), sardos (Itália), sami (Escandinávia), entre outros. A seguir, estudamos três casos.

Fonte: IBGE, [s.d.]. Produzido pela SEDUC-SP.



Estudo de caso: curdos

- Vivem entre Turquia, Síria, Iraque e Irã.
- População estimada: 25 a 35 milhões de pessoas.
- Sofrem repressão cultural e política, especialmente na Turquia.
- Parte dos curdos no Iraque possui relativa autonomia.
- Lutam por reconhecimento e criação do Curdistão.



AFP PORTUGUÊS. Os curdos. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=KuVakfg845A>. Acesso em:30 set. 2025.



Estudo de caso: catalães

- Localização: nordeste da Espanha (Catalunha).
- Cultura: língua catalã, identidade nacional forte.
- Plebiscitos realizados sem validade legal.
- Tensões políticas, prisões e repressão a líderes independentistas.

Torcedores do Barcelona exibem faixas de protesto político durante um jogo. A imagem revela como manifestações esportivas também são espaços de expressão política, especialmente em regiões onde a identidade nacional é reivindicada por povos sem Estado reconhecido, como é o caso dos catalães.

Estudo de caso: bascos

- Localização: norte da Espanha e sudoeste da França.
- Cultura: língua basca (euskara), tradição separatista.
- Relação com o Estado: violência no passado (ETA), hoje atuam por vias democráticas.
- Possui maior autonomia dentro da Espanha.
- Reivindicam mais reconhecimento e possibilidade de autodeterminação.



O Athletic Bilbao é um símbolo da identidade própria do povo basco. O esporte, nesse caso, torna-se expressão cultural e política de um povo que reivindica maior autonomia dentro do Estado espanhol.

© Getty Images



1. Leia o excerto a seguir e responda ao que se pede.

Povos sem Estado são comunidades que compartilham elementos identitários (língua, história, cultura) e reivindicam graus variados de autonomia política ou reconhecimento, sem possuir um Estado soberano próprio. Exemplos incluem os curdos (distribuídos entre Turquia, Iraque, Irã e Síria), os tuaregues (Sahel central, em países como Mali e Níger), armênios de Nagorno-Karabakh (sul do Cáucaso), além de catalães e bascos (Península Ibérica). Tais grupos podem vivenciar restrições culturais, disputas por autonomia e desafios de participação política. À luz dos direitos humanos, a proteção de minorias, a não discriminação, a liberdade cultural e linguística, e a participação cívica são princípios centrais para prevenir violência e promover soluções pacíficas e inclusivas.

- a. Explique o que são “povos sem Estado”, destacando os elementos que os caracterizam e a diferença em relação a minorias nacionais em Estados consolidados.
- b. Analise dois desafios enfrentados por povos sem Estado (por exemplo, restrições culturais, disputas por autonomia, dificuldades de participação política). Mostre como os princípios de direitos humanos mencionados no texto (proteção de minorias, não discriminação, liberdade cultural e linguística, participação cívica) podem orientar respostas pacíficas e inclusivas a esses desafios.

Possíveis respostas:

Povos sem Estado são comunidades que compartilham elementos identitários, como língua, história e cultura, e que reivindicam diferentes graus de autonomia política ou reconhecimento, sem possuírem um Estado soberano próprio.

Diferenciam-se de minorias nacionais em Estados consolidados porque, além de preservarem uma identidade própria, articulam projetos políticos de autogoverno que podem ir da proteção cultural ampliada à autonomia regional ou mesmo à independência. Exemplos incluem os curdos, distribuídos entre Turquia, Iraque, Irã e Síria, que demandam reconhecimento de direitos linguísticos e formas de autogoverno; e os catalães, na Península Ibérica, que combinam políticas de preservação da língua catalã com a busca por maior autonomia dentro da Espanha. Em ambos os casos, a ausência de um Estado próprio gera disputas sobre competências políticas, recursos e proteção de direitos culturais.

Definição clara de “povos sem Estado”: identidade compartilhada + reivindicação de autonomia/reconhecimento + ausência de Estado soberano próprio.

Possíveis respostas:

Entre os desafios enfrentados por povos sem Estado, destacam-se as restrições culturais e linguísticas e as dificuldades de participação política. No primeiro caso, políticas estatais que marginalizam o uso público de línguas minoritárias, a educação na língua de herança ou referências simbólicas (nomes de lugares, festividades) limitam a liberdade cultural e a continuidade da identidade coletiva. À luz dos direitos humanos, a proteção de minorias e a liberdade cultural e linguística justificam medidas como cooficialização de línguas, educação bilíngue, apoio a meios de comunicação e à produção cultural, além da proteção de patrimônios imateriais. No segundo caso, barreiras de acesso a cargos, sub-representação e a frágil escuta institucional minam a participação cívica. Os princípios de não discriminação e participação cívica orientam reformas eleitorais que ampliem a representação, conselhos consultivos permanentes, mecanismos de consulta prévia e processos de descentralização que aproximem decisões das comunidades. Ao conectar esses princípios a políticas concretas, é possível reduzir tensões, prevenir violência e promover soluções pacíficas e inclusivas.



A *wiphala* é uma bandeira que representa a filosofia andina e a diversidade dos povos da região dos Andes, incluindo Bolívia, Peru, Chile, Equador, Argentina e Colômbia. É um símbolo da cultura andina, com significados associados à natureza, tempo e sistema filosófico.

© Getty Images

Estados plurinacionais

- Estado plurinacional é quando a Constituição reconhece mais de uma nação no mesmo país. Com base nisso, passa a adotar, por exemplo, línguas cooficiais, representação política específica, consulta prévia em projetos que impactam territórios tradicionais e formas próprias de garantir a justiça e o respeito aos direitos de diferentes povos.

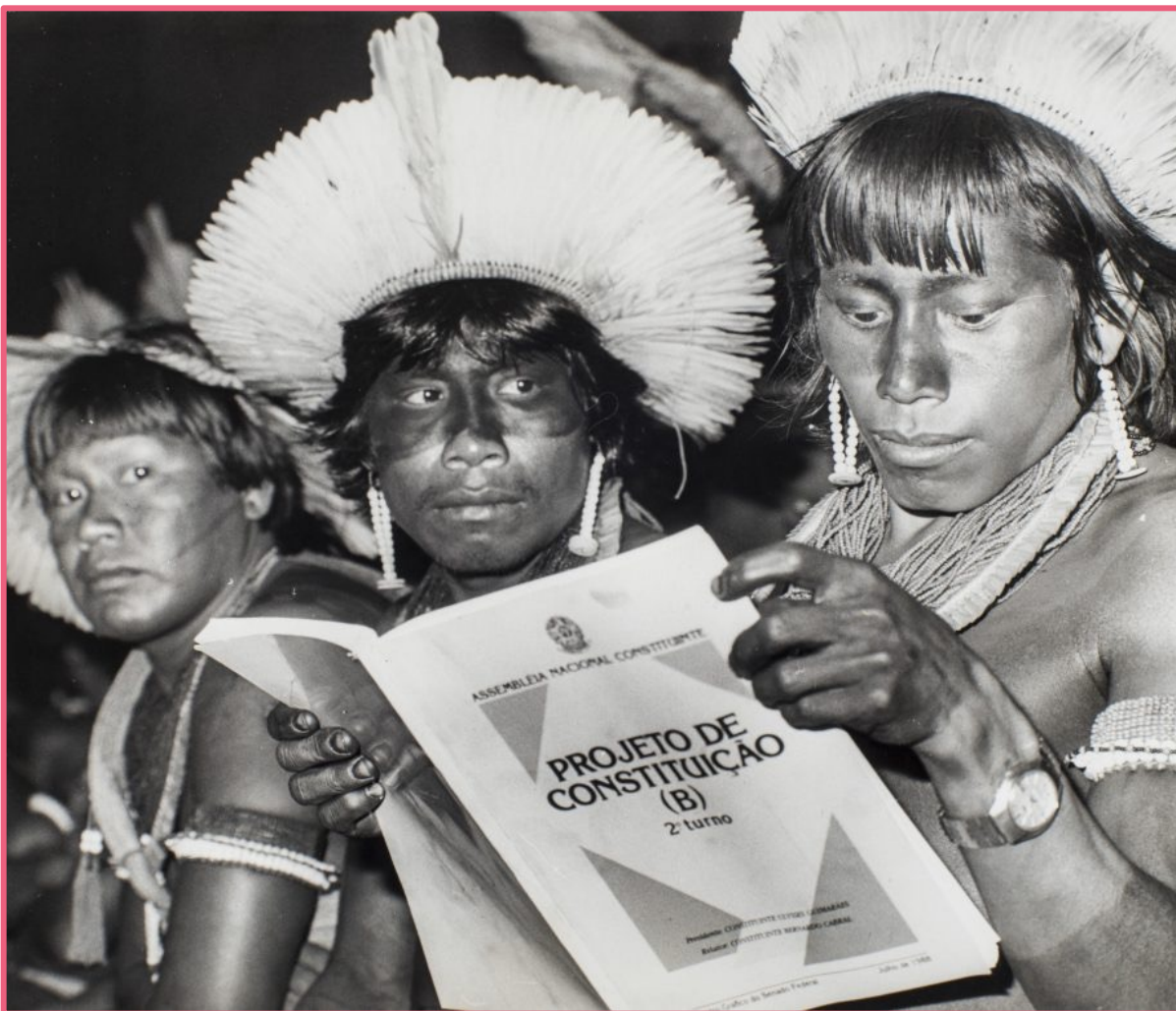
Foco no conteúdo

- Bolívia (2009): 36 povos originários são reconhecidos na Constituição.
- Equador (2008): garante autonomia e autodeterminação a povos indígenas e afrodescendentes.
- Esse modelo preserva culturas, línguas e formas de organização política.
- Reduz tensões separatistas e amplia representatividade – embora enfrente desafios na prática.



Eleitora deposita seu voto durante o referendo constitucional em janeiro de 2009. A nova Constituição, aprovada nesse pleito, reconheceu oficialmente a Bolívia como um Estado plurinacional, valorizando a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas.

Reprodução – BRASIL DE FATO. Referendo constitucional que refundou Bolívia como Estado plurinacional faz 10 anos. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/25/referendo-constitucional-que-refundou-bolivia-como-estado-plurinacional-faz-10-anos/>. Acesso em: 30 set. 2025.



Entre territórios e pertencimentos

- Um povo precisa ter um Estado para existir plenamente?
- Os Estados plurinacionais são uma alternativa viável à criação de novos países?

Indígenas Kayapó durante a Constituinte, em 1987: avanço em direitos ainda precisa de complementação e reconhecimento de Estado plurinacional.

Referências

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Emergências: Rohingya. **ACNUR Brasil**, s. d. Disponível em: www.acnur.org. Acesso em: 28 ago. 2025.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CASANOVA, P. G. O colonialismo interno: uma redefinição. In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, H. (Orgs.). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CASANOVA, P. G. **Sociología de la explotación**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CNN BRASIL. Mauro Vieira discursa na ONU sobre criação de Estado palestino. **CNN Brasil**, 28 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mauro-vieira-discursa-na-onu-sobre-criacao-de-estado-palestino/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

COSTA, R. H. da. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed., rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Atlas Geográfico Escolar. Mundo - Divisões Políticas e Regionais - Continentes, [s.d.]. Disponível em: <https://atlasescolar.ibge.gov.br/mundo/2982-diviso-es-politicas-e-regionais/continentes.html>. Acesso em: 23 set. 2025.

Referências

- LEMOV, Doug. **Aula nota 10**: 49 técnicas para ser um grande professor. Tradução de Ana Mara Gazzola. Porto Alegre: Penso, 2012.
- LAUERHAß, U. et al. Atlas of the Stateless: Facts and figures about exclusion and displacement. Rosa Luxemburg Stiftung, 2020. Disponível em:
https://www.rosalux.de/fileadmin/rls_uploads/pdfs/sonst_publicationen/atlasofthestateless2020_web_201029.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.
- PENA, R. F. A. Movimentos Separatistas da Espanha: Bascos e Catalães. Brasil Escola, [s.d.]. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/movimentos-separatistas-espanha-bascos-catalaes.htm>. Acesso em: 23 set. 2025.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **POLIS – Revista Latinoamericana**, n. 41, 2015. Disponível em:
<https://journals.openedition.org/polis/11027>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Referências

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo Paulista**: Etapa Ensino Médio, 2020. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2020/08/CURR%C3%8DCULO%20PAULISTA%20etapa%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

TÓPICOS. **Povos sem território e as políticas supranacionais**: uma análise da desterritorialização. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/povos-sem-territorio-e-as-politicas-supranacionais-uma-analise-da-desterritorializacao>. Acesso em: 28 jul. 2025.

WALLERSTEIN, I. **O fim do mundo como o concebemos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Identidade visual: imagens © Getty Images.

Para professores

Slide 2

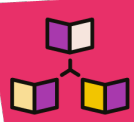


Habilidade: (EM13CHS203) Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).

Slide 3



Tempo: 4 minutos.



Dinâmica de condução: pergunte “O que significa ser ‘sem Estado’ ou ‘apátrida’?”. Leia o trecho disponível no slide, retirado da página do ACNUR e aproveite para lembrá-los que ACNUR é a sigla do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, uma agência da ONU que protege os direitos e o bem-estar de pessoas forçadas a deixar suas casas devido a conflitos, perseguições, desastres naturais e graves violações dos direitos humanos. Fundado em 1950, o ACNUR assegura refúgio seguro, ajuda a encontrar soluções duradouras e oferece assistência em áreas como saúde, educação e abrigo, atuando em mais de 135 países.

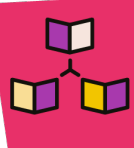


Expectativas de respostas: os direitos mais ameaçados são: acesso à documentação, educação e saúde pública; liberdade de circulação e proteção contra deportação; e participação política e igualdade perante a lei, já que a apatridia limita o reconhecimento jurídico e a proteção estatal.

Slides 4 e 5



Tempo: 4 minutos.



Dinâmica de condução: detalhe a diferença fundamental: “Povo sem Estado” é uma comunidade histórica que se reconhece como nação, mas não possui soberania própria em um Estado já formado, enquanto “apátrida” é uma condição jurídica individual de ausência de nacionalidade reconhecida. Use a imagem da carteira de identidade queniana para ilustrar a importância da cidadania legal.

Mostre o mapa que ilustra a distribuição da população apátrida no mundo, enfatizando que a concentração ocorre em poucas regiões e países. Reforce que a Agência da ONU para Refugiados suspeita que muitas outras pessoas estejam nessa condição globalmente. Para aprofundamento, explore dados mais recentes do ACNUR sobre a população apátrida.



Como material de apoio, recomenda-se acessar:

<https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/movimento-dos-sem-nacao-luta-dos-povos-que-nao-possuem-um-estado.phtml>. Acesso em: 30 set. 2025.

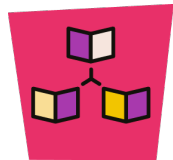
<https://www.acnur.org/br/sobre-o-acnur#:~:text=A%20Ag%C3%AAncia%20da%20ONU%20para,graves%20viola%C3%A7%C3%B5es%20dos%20direitos%20humanos>. Acesso em: 30 set. 2025.

Slides 6 e 7

Print do slide



Tempo: 2 minutos.



Dinâmica de condução: a alternativa “Falta de nacionalidade reconhecida por qualquer Estado” é a correta. Oriente os estudantes a responderem individualmente. Ao revelar a resposta correta, destaque exemplos reais, como Rohingya em Mianmar (não reconhecidos como cidadãos).



Pause e responda

Quando uma pessoa é considerada apátrida?



Ausência de costumes tradicionais.

Mudança de país.



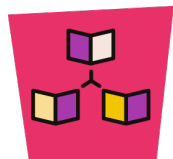
Falta de nacionalidade reconhecida por qualquer Estado.

Pertencer a um grupo social pequeno.





Tempo: 3 minutos.



Dinâmica de condução: apresente aos estudantes os quatro desafios centrais enfrentados pelos povos sem Estado: restrições linguísticas e culturais, repressão política e social, falta de representação internacional e assimilação forçada/erosão identitária. Esse slide serve como um índice visual para os próximos tópicos.

Aproveite o detalhamento dos desafios e aprofunde cada um deles. Para aprofundamento, os estudantes podem pesquisar exemplos históricos e contemporâneos de cada tipo de desafio em diferentes contextos geográficos.

Explique que a autodeterminação é o princípio que garante a indivíduos e povos o direito de decidirem livremente sobre seu futuro político, econômico, social e cultural, sem interferência externa, sendo reconhecido em instrumentos internacionais como a Carta da ONU e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Para aprofundar:

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). International Covenant on Civil and Political Rights. Nova Iorque: OHCHR, 1966. Disponível em: www.ohchr.org. Acesso em: 11 set. 2025.

Slide 10



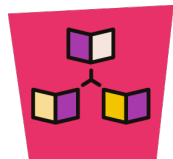
Tempo: 3 minutos.



Dinâmica de condução: apresente o mapa, faça a leitura coletiva e aproveite para aprofundar o tema como exemplo: os sardos são um povo originário da Sardenha, ilha italiana no Mediterrâneo, com uma identidade cultural e linguística distinta. Sua língua, o sardo, é reconhecida como minoritária pela Itália, mas enfrenta desafios de preservação devido à influência do italiano. Historicamente, os sardos mantiveram tradições únicas, como o canto polifônico (declarado patrimônio da UNESCO) e festivais folclóricos, mas sua autonomia política é limitada dentro do Estado italiano. Movimentos regionalistas e independentistas defendem maior autogoverno, embora sem o mesmo destaque de outros casos europeus, como Catalunha ou Escócia. A Sardenha também enfrenta questões socioeconômicas, como despovoamento e dependência do turismo, que impactam sua coesão cultural.



Tempo: 7 minutos.



Dinâmica de condução: para conduzir os estudantes no estudo de caso, inicie analisando os três casos:

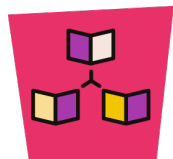
No caso dos curdos, detalhe sua localização (Turquia, Síria, Iraque, Irã), a população estimada (25 a 35 milhões), a repressão que sofrem e a luta pela criação do Curdistão. Sugira a exibição do vídeo (link disponível no material) para uma compreensão mais aprofundada da situação desse povo.

No caso dos catalães, localizados no nordeste da Espanha, destaque sua forte identidade cultural e linguística. Aborde os plebiscitos sem validade legal, as tensões políticas e a repressão a líderes independentistas, ilustrada pela imagem dos torcedores do Barcelona. Para aprofundamento, investigue o histórico político da Catalunha.

No caso dos bascos, explore sua história e mencione que estão situados no norte da Espanha e sudoeste da França, ressaltando sua língua (euskara) e tradição separatista. Mencione a transição de violência (ETA) para atuação democrática e a busca por maior autonomia dentro da Espanha. A imagem do Athletic Bilbao serve para exemplificar a conexão entre esporte e identidade cultural.



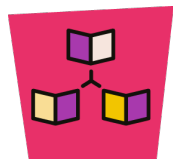
Tempo: 10 minutos.



Dinâmica de condução: para conduzir os estudantes na resolução das questões, comece apoiando e incentivando o uso de exemplos concretos, peça que nomeiem o princípio de direitos humanos mobilizado em cada proposta e que expliquem como ele reduz o conflito e amplia a inclusão; modele raciocínios com conectores (“desafio”, “princípio aplicável”, “política sugerida”, “efeito esperado”), acolha respostas distintas quando coerentes com os princípios e com a legalidade, e finalize com uma síntese que reforce a diferença-chave entre identidade nacional e soberania estatal, além de critérios de qualidade para a correção (clareza conceitual, distinção entre categorias, pertinência dos princípios e viabilidade das soluções).



Tempo: 4 minutos.



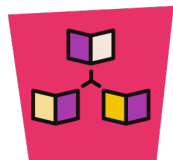
Dinâmica de condução: inicie retomando brevemente o conceito tradicional de Estado-nação e mencione as suas limitações diante da diversidade étnica e cultural de muitos países. Em seguida, apresente o modelo de Estado plurinacional como uma alternativa que reconhece oficialmente a existência de múltiplas nações dentro de um mesmo território. Utilize os exemplos da Bolívia e do Equador para ilustrar como esse modelo foi incorporado às Constituições nacionais, destacando os avanços conquistados e os desafios enfrentados. Incentive os estudantes a refletirem se o reconhecimento formal da diversidade cultural é suficiente para promover inclusão e justiça social.

Explique ainda os inúmeros desafios e tensões frequentes, como:

- Coordenação complexa entre sistemas jurídicos e administrativos (conflitos de competência e garantias de direitos fundamentais).
- Disputas sobre recursos naturais e consulta prévia, especialmente em grandes projetos de infraestrutura ou extrativismo.
- Risco de assimetrias de capacidade governativa entre autonomias e de captura política local.
- Tensões identitárias e debates sobre unidade nacional versus reconhecimento de autodeterminação; receio de secessão (embora plurinacionalidade se proponha como alternativa à ruptura).



Tempo: 4 minutos.



Dinâmica de condução: para encerrar a aula, retome os principais conceitos e ideias abordadas: povos sem Estado, reconhecimento internacional e Estado plurinacional. Projete as duas perguntas do slide e convide os estudantes a refletirem individualmente por alguns minutos, relacionando os conteúdos estudados aos casos apresentados. Em seguida, promova uma discussão coletiva, estimulando a escuta respeitosa e a construção de argumentos.



Expectativas de respostas: os estudantes devem refletir criticamente sobre a importância de um Estado para a garantia de direitos e visibilidade internacional de um povo, reconhecendo que, embora a existência plena de uma cultura não dependa exclusivamente da formação de um Estado, a ausência dele pode dificultar a autodeterminação. Quanto aos Estados plurinacionais, espera-se que considerem tanto seu potencial para promover justiça histórica e diversidade quanto os limites e tensões que envolvem sua implementação.



Para esta aula é indicado o **exercício 16** do bloco de conteúdo “**Estado, nação e território**”. Esse exercício pode ser feito em casa, de forma autônoma pelo estudante, ou em sala de aula. **O exercício 3 apresenta dificuldade média.**

